



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 082/11

Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER, no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I – Energias Renováveis – aquelas produzidas por fontes regeneráveis em curto prazo e que não geram emissões de carbono ou são carbono-neutras. Incluem-se neste campo as fontes hidráulica, cinética (eólica e oceânica), solar, biomassa, biomassa residual, gravitacional (marés) e geotérmica;

II – Geração Distribuída – é o gerador de energia de pequeno porte, cujos limites de potência estão definidos no art. 14, do Decreto Federal nº 5163/2004, e que se conecta ao sistema local de distribuição de energia.

Art. 3º Os organismos de pesquisa e extensão rural, públicos e privados receberão incentivos para prestarem serviços ao desenvolvimento e à inovação na produção e uso da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte para descentralizar o sistema de geração e promover em escalas industrial e agropecuária viáveis para as tecnologias e processos que gerem esse tipo de energia.

Art. 4º As concessionárias de distribuição de energia localizadas no Estado do Paraná serão estimuladas a participar deste esforço de incentivo à compra de energia proveniente da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte dentro dos preceitos estabelecidos pela legislação federal e da presente Lei, de acordo com as necessidades de compra de cada distribuidora e observados os limites regulatórios de contratação.

Art. 5º Tão logo sejam definidas a implantação e as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para a Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, o Poder Executivo, por meio de Decreto ou regulamentação, determinará às concessionárias de energia elétrica que operem no Estado do Paraná as modificações necessárias para o credenciamento das instituições de pesquisa, ensino e extensão rural em cada correspondente para assistir, capacitar, orientar e validar projetos técnicos a serem apresentados para atender as chamadas públicas de compra de energia.

Art. 6º As autarquias e as sociedades de economia mista do Estado do Paraná, observados os respectivos estatutos, adequarão as suas estruturas de forma a compatibilizar as suas atividades com as ações e programas de governo visando tornar efetivas as ações e programas decorrentes da Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte estabelecida por esta Lei.

Art. 7º O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER poderá oferecer a seu público alvo serviços de elaboração de projetos, compor equipes técnicas para essa finalidade e fornecer assistência técnica na produção das matérias-primas necessárias aos projetos de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, conforme já estabelece em seus objetivos legais.

Art. 8º É obrigatória a autorização ou o licenciamento ambiental, conforme a característica ou porte do empreendimento de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, estabelecidas na legislação ambiental pertinente.

Art. 9º As unidades de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, já instaladas até a data de publicação da presente Lei, terão um prazo mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 18 (dezoito) meses para adequarem-se às normas previstas neste diploma legal e nas regulamentações oriundas do mesmo.

Parágrafo único. O órgão administrativo competente estabelecerá os prazos de adequação para cada tipo de empreendimento.

Art. 10. Para todos os efeitos legais e administrativos, bem como para os efeitos tributários, os produtores rurais poderão emitir a nota do produtor rural, ou documento equivalente, para a operação de venda de energia elétrica produzida nos moldes previstos neste diploma legal.

Parágrafo único. O proprietário rural que aderir ao programa de Geração Distribuída com Energias Renováveis não terá seu enquadramento tributário alterado.

2


Art. 11. A Secretaria de Estado da Educação do Paraná poderá incluir nas diretrizes educacionais temas referentes ao uso de Energias Renováveis e Regeneráveis a curto prazo para o ensino regular fundamental e médio, além dos cursos profissionalizantes.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 538/11

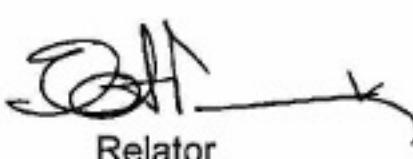
Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o dia 06 de outubro como o "Dia do Turismo Regional".


Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Turismo Regional", a ser comemorado anualmente no dia 06 de outubro.


Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.


ALEXANDRE GURI
Presidente


Relator





PROJETO DE LEI N.º 142/2012

Súmula: Transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Art. 1.º O Escritório de Representação do Governo, unidade do nível de assessoramento da Casa Civil passa a constituir-se em um órgão de assessoramento, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012
OF CEE/G 078/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – A D L para providências.

Em, 03/04/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 09/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Atenciosamente,

[Assinatura]

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

MENSAGEM N.º 09/12

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Os Escritórios de Representação do Governo, de acordo com o Regulamento da Casa Civil, aprovado através do Decreto n.º 582, de 17 de fevereiro de 2003, são unidades de assessoramento da própria Casa Civil, podendo ser instalado mediante proposição do Chefe da Casa Civil e por ato próprio do Governador do Estado.

Com a presente proposta, objetiva-se a criação de um Órgão no organograma da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.271.735-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12

Projeto de Lei nº. 142/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 009/12

Súmula: Transforma o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

EMENTA: TRANSFORMA O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO SUBORDINADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo transformar o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido vista.

Em 10 / 04 / 12

Tadeu Veneri
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



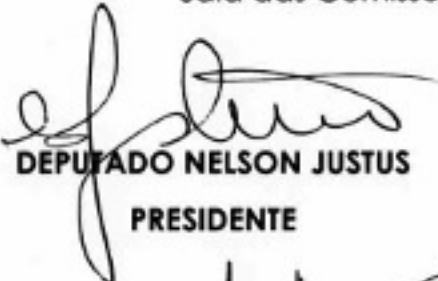
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



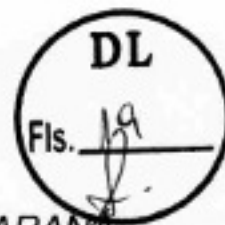








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 02/12, e objetiva transformar o Escritório de Representação do Governo em órgão de Assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, esta Comissão de Finanças, entende que o proponente da matéria tem a competência para iniciar projetos dessa natureza conforme preceitua o art. 65 da Constituição do nosso Estado.

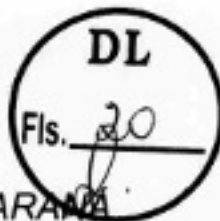
Do mesmo modo constata-se que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 66 e 87, tratam da iniciativa privativa do Governador do Estado para propor matérias que disponham sobre a criação estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 142/12.

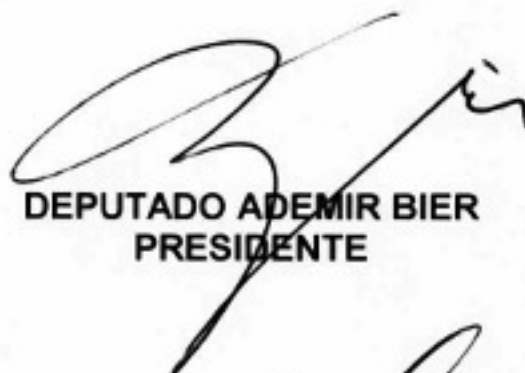
É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



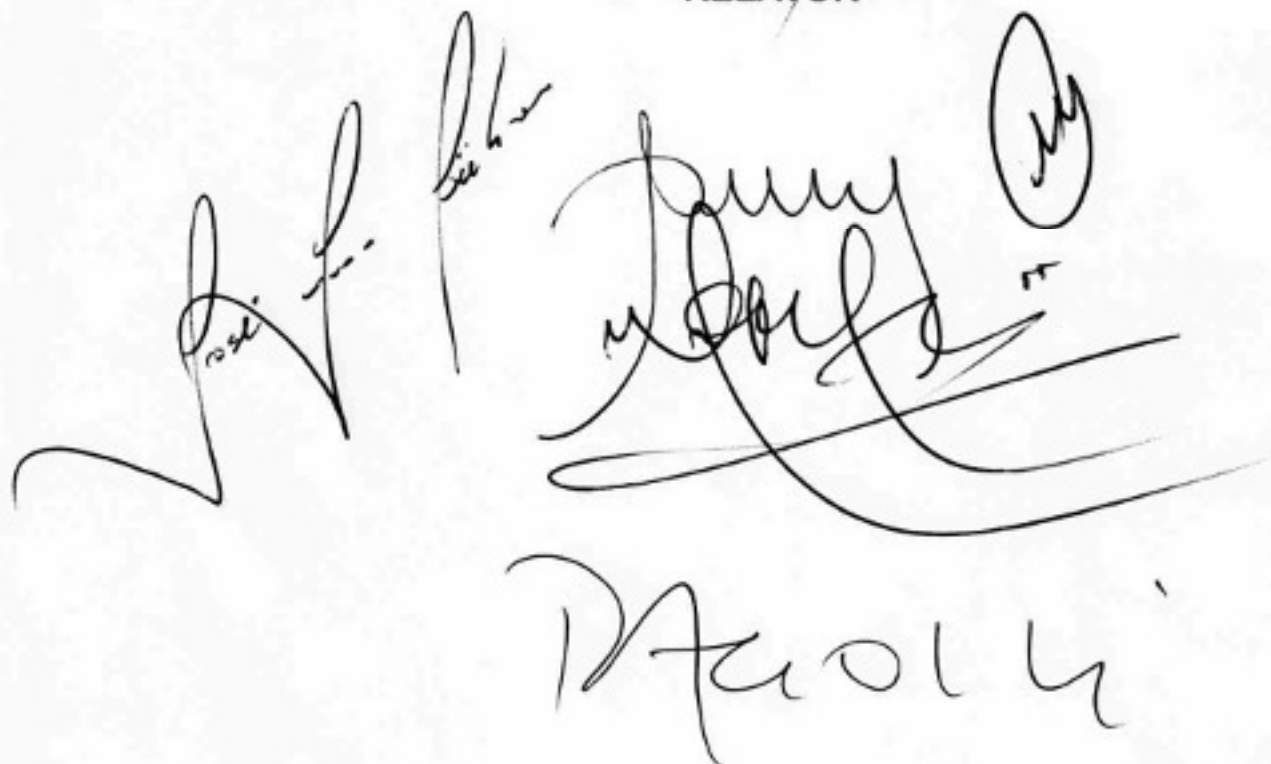
Sala das Comissões em 25/04/12



DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE



DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Ruschi

EMENDA DE RENÂRIO 01 DAP. 09/05/12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA SUPRESSIVA

Sumula: Suprime o artigo 2º do PL 142/2012 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Escritório de Representação do Estado do Paraná em Brasília.

Art. 1º Fica suprimido o art. 2º do projeto de Lei 142/2012 de Autoria do Poder Executivo.

Plenário das Sessões, 09 de maio de 2012.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep. Enio Verri

Dep. Elton Welter

Toninho Wandscheer

Dep. Luciana Rafagim

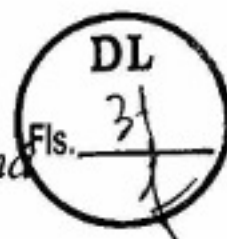
Dep. Tadeu Veneri

Dep. Péricles de O. Mello

Dep. Prof. Lemos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 142/12.

Projeto de Lei nº 142/12

Autor da emenda: Bancada do Partido dos Trabalhadores

Súmula: Suprime o art. 2º do Projeto de Lei nº 142/12 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Escritório de Representação do Estado do Paraná em Brasília.

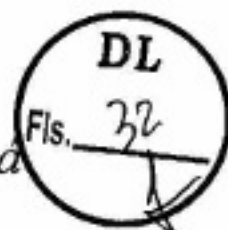
EMENTA: SUPRIME O ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI 142/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo transformar o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Nereu Moura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Supressiva, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

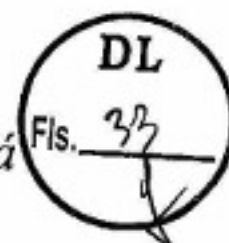
Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §1º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de MAIO de 2012.

Deputado CAIÃO QUINTANA
Presidente em exercício

Deputado NEREU MOURA
Relator

DEP RASCA RODRIGUES



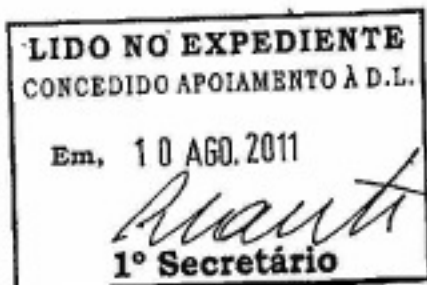
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

7



PROJETO DE LEI Nº 627/11

Súmula: Estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas normas para instalação de coletores de bitucas de cigarros, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada das mesmas de locais públicos e com grande aglomeração de pessoas.

Parágrafo Único. As normas de que trata o "caput" do art. 1º da presente lei serão executadas através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado.

Art. 2º. Entende-se por parceiros conveniados do setor privado, pessoas de natureza jurídica, prestadoras de serviços, aptas a implantar, coletar, reciclar e destinar adequadamente os resíduos provenientes do consumo de cigarros.

Art. 3º. A parceria/convênio entre o poder público e o setor privado será firmada em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º. Locais públicos e com grande aglomeração de pessoas, são ambientes profissionais ou de lazer de uso comum e de posse coletiva, freqüentados pela população, tais como: praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos e similares.

Art. 5º. A instalação dos coletores de bitucas será feita em locais apropriados e de fácil acesso aos fumantes nos moldes da Lei nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 6.352 de 26 de fevereiro de 2010.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 03

Art. 6º. É responsabilidade dos parceiros/conveniados a retirada sistematizada, transporte, reciclagem e destinação adequada das bitucas depositadas nos coletores instalados, de que trata o "caput" do Art. 5º desta lei.

Art. 7º – Após a coleta as bitucas de cigarro serão submetidas a processo de compostagem para a retirada de metais pesados e demais substâncias agressivas ao meio ambiente e posteriormente misturados a composto orgânico e resíduos vegetais para utilização como adubo em áreas de reflorestamento existentes no Estado do Paraná.

Art. 8º. Os parceiros/conveniados poderão realizar campanhas educativas objetivando conscientizar os fumantes e a população em geral da importância de preservação do meio ambiente, promovendo o incentivo à utilização dos coletores de bitucas e o firmamento de novas parcerias/convênios.


Parágrafo único. Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados nos coletores por eles adquiridos.

Art. 9º - Na regulamentação, o Poder Executivo poderá expedir outras normas que julgue necessárias para disciplinar a presente lei.

Art. 10º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão providas de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2011


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual -PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA

Com a aprovação da Lei Antifumo nº. 16.239/2009 no Estado do Paraná áreas consideradas fechadas tornaram-se livres da fumaça do cigarro. Sua aplicabilidade contribuiu sobremaneira na melhoria da qualidade do ar desses locais. No entanto a adequação da população fumante à legislação proibitiva ao fumo fez com que esses indivíduos migrassem para locais considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenidas (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.

É sabido que a decomposição dos resíduos provenientes dos cigarros na natureza é de dois a cinco anos, e que em sua composição encontram-se mais de 4.700 substâncias químicas, dentre elas metais pesados, pesticidas, inseticidas, arsênico e outros componentes que podem atingir o lençol freático, plantas e animais. Estudos comprovam que a cada 20 bitucas lançadas numa área de manancial por exemplo, gera poluição equivalente a um litro de esgoto sem tratamento.

Diante desses fatos é necessário que se implante normas com o intuito de coibir o descarte desordenado e crescente desses resíduos. A forma encontrada está na parceria entre o poder público e setores da iniciativa privada com aptidão para implantar, coletar e destinar corretamente os mesmos. Os principais objetivos a serem atingidos são: melhorar a saúde da população, dos animais e de proteger o meio ambiente. Vale salientar que a implantação do contido na proposta possibilita ainda a realização de campanhas que conscientizarão e reeducarão os cidadãos sobre a importância da coleta e da reciclagem desses materiais.

Face ao exposto, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis na aprovação da matéria.

h



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(16)

PARECER AO PROJETO DE LEI 627/11

Projeto de Lei nº 627/11
Autor: Deputado Rasca Rodrigues

SÚMULA: Estabelece normas de parceria entre o Poder Público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

EMENTA: ESTABELECE NORMAS DE PARCERIA ENTRE O PODER PÚBLICO E O SETOR PRIVADO PARA INSTALAÇÃO, RETIRADA, TRANSPORTE, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE BITUCAS DE CIGARROS NO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE CONFORME EMENDA MODIFICATIVA. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues visa estabelecer normas para parcerias entre o Poder Público e o setor privado para instalação, retirada, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.



(17)

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da análise do Projeto de Lei em questão, é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

A matéria abordada no Projeto de Lei do Deputado Estadual Rasca Rodrigues é, evidentemente, uma questão de proteção ao meio ambiente, pois é de conhecimento de todos os malefícios que a destinação incorreta de resíduos sólidos, especialmente bitucas de cigarros que contêm incontáveis substâncias químicas e cancerígenas, pode causar ao ambiente.

Não obstante ao caráter meritório do presente Projeto, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar tal projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

18

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, como bem podemos observar pelo trecho abaixo transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Desta forma, após a análise completa do Projeto de Lei em tela, considera-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, portanto o Nobre Deputado Estadual é legitimado e competente para legislar acerca do tema, não cabendo questionar eventual vício de iniciativa.

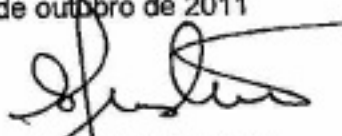
Portanto, resta claro que a matéria em questão encontra-se em conformidade com todos os preceitos constitucionais, gozando de legalidade e de constitucionalidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.






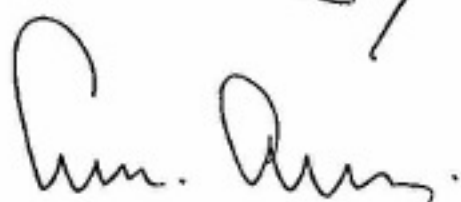
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei conforme emenda modificativa em anexo, por assim estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 627/11

O Deputado que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, com fulcro no art. 137, §4º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Resolução 001/05), propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº.: 627/11, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Rasca Rodrigues.

O parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. *As normas de que trata o "caput" do art. 1º da presente lei serão executadas exclusivamente através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado.*

O parágrafo único do art. 8º do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. *Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados nos coletores por eles adquiridos como contrapartida pelo serviços executados pelos parceiros/conveniados.*

O art. 10 do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:


Art. 10º - *As despesas decorrentes da execução desta lei serão providas exclusivamente pelos parceiros/conveniados, não podendo gerar custos ao poder público.*

Sala das Comissões em 18 de outubro de 2011




CESAR SILVESTRI FILHO

Deputado Estadual


Ass. Amm



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa tem o condão de reafirmar a finalidade do projeto de lei originário, ou seja, que o Governo do Estado do Paraná poderá firmar parcerias para a correta coleta e destinação das bitucas de cigarro no Estado, sem contudo gerar custos à administração pública.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, estabelece normas de parcerias entre o poder público e o setor privado para instalação retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná.

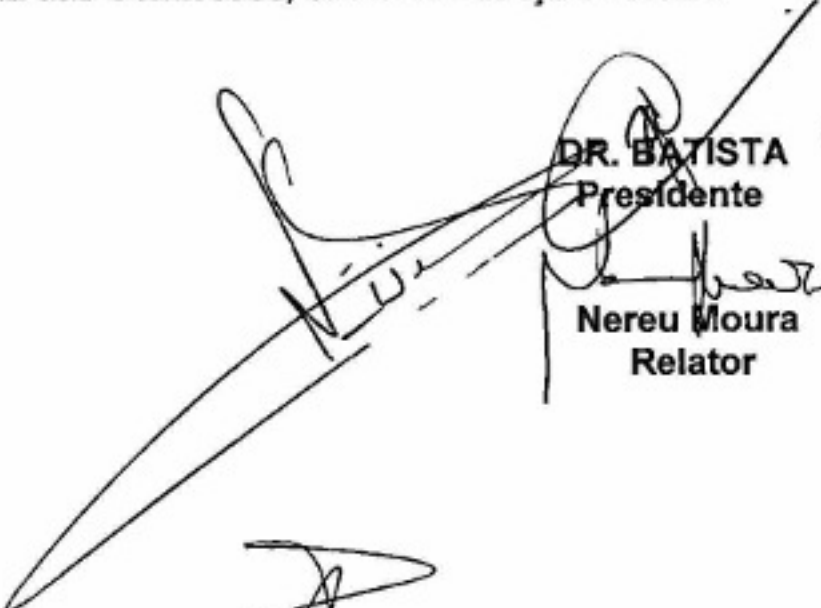
A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de melhorar a saúde da população, dos animais e de proteger o meio ambiente, vale salientar que a implantação do contido na proposta possibilita ainda a realização de campanhas que conscientizarão e reeducarão os cidadãos sobre a importância da coleta e da reciclagem desses materiais. Com a legislação proibitiva ao fumo fez com esses indivíduos migrassem para lugares considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenida (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.



Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2012.



DR. BATISTA
Presidente

Nereu Moura
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/11



Projeto de Lei nº 627/11

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para a instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

EMENTA: NORMAS PARA RETIRADA TRANSPORTE, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO DE BITUCAS DE CIGARROS. PARCERIA ENTRE PODER PÚBLICO E O SETOR PRIVADO. MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, visa estabelecer normas de parceria entre o poder público e o setor privado para a instalação retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

Os objetivos do presente Projeto de Lei, são de impedir que os resíduos oriundos dos cigarros sejam jogados indiscriminadamente em vias, calçadas, praças e outros locais públicos impedindo assim a contaminação do solo e da água.

Com a aprovação da Lei Antifumo nº. 16.239/2009 no Estado do Paraná áreas consideradas fechadas tornaram-se livres da fumaça do cigarro. Sua aplicabilidade contribuiu sobremaneira na melhoria da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



qualidade do ar desses locais. No entanto a adequação da população fumante à legislação proibitiva ao fumo fez com que esses indivíduos migrassem para locais considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenidas (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.

É sabido que a decomposição dos resíduos provenientes dos cigarros na natureza é de dois a cinco anos, e que em sua composição encontram-se mais de 4.700 substâncias químicas, dentre elas metais pesados, pesticidas, inseticidas, arsênico e outros componentes que podem atingir o lençol freático, plantas e animais. Estudos comprovam que a cada 20 bitucas lançadas numa área de manancial por exemplo, gera poluição equivalente a um litro de esgoto sem tratamento.

Diante desses fatos é necessário que se implante normas com o intuito de coibir o descarte desordenado e crescente desses resíduos. A forma encontrada está na parceria entre o poder público e setores da iniciativa privada com aptidão para implantar, coletar e destinar corretamente os mesmos. Trazendo assim melhora da saúde da população, dos animais e do meio ambiente.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisarmos a proposta em questão, verificamos a existência de Emenda modificativa de autoria do nobre Parlamentar Cezar Silvestri Filho que trata da exclusividade da parceria, da divulgação e dos custos destas. Após a análise da matéria pode-se verificar que esta não prejudica o objeto da matéria.

Quanto ao Caráter meritório do presente Projeto de Lei, verifica-se que o nobre Deputado detém competência necessária para apresentar tal proposta, determinada pela Constituição Federal, vejamos:

“Art. 24. Concorre à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

A matéria abordada no Projeto de Lei do Eminentíssimo Deputado Rasca Rodrigues é evidentemente ligada ao meio ambiente, haja vista razões já apresentadas na introdução do presente relatório, estando a matéria em conformidade com os preceitos legais e técnicos para a continuidade de sua tramitação.

CONCLUSÃO:

Diante dos motivos expostos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei com acolhimento do texto da emenda modificativa do Nobre Deputado Cezar Silvestri Filho.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO

Relator



DEP. PEDRO LUPION
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 628/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 AGO. 2011

Mauro
1º Secretário

Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 1º. Institui-se, nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, o "Programa Bombeiro Mirim".

Parágrafo único. Poderão participar do programa adolescentes e jovens, com idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º. São objetivos do Programa:

I - proporcionar maior integração entre a corporação, a família e a comunidade, com a criação de circuitos alternativos de vivência e convivência;

II - proporcionar atividades cívicas, socioculturais, esportivas e recreativas;

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

14:39 10/08/2011 005182 DP ASSUNTO: LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
Fls. 03

III – orientar sobre o exercício da cidadania, noções de primeiros socorros, legislação de trânsito, prevenção de acidentes, doenças transmissíveis, ecologia e meio ambiente.

Parágrafo único. Os adolescentes e os jovens devem participar de atividades exclusivamente relacionadas com a aprendizagem, sendo vedada a sua participação em atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º. O Programa será desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, mediante a celebração de parcerias e convênios com as prefeituras interessadas, secretarias estaduais e municipais, organizações não governamentais e empresas.

Art. 4º. O Executivo Estadual dará apoio dentro de suas disponibilidades orçamentárias, à manutenção do programa “Bombeiro Mirim”.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2011.


PEDRO LUPION

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
Fls. 04
JZ

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por escopo dispor sobre a criação do programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. O programa "Bombeiro Mirim" tem por escopo a prevenção de incêndios, a preservação do meio ambiente, a formação cidadã dos adolescentes e jovens e, principalmente, contribuir para a diminuição da criminalidade.

Ao dar uma ocupação sadia aos adolescentes e jovens, instruindo-os sobre valores essenciais, evita-se que fiquem nas ruas e caminhem para a marginalidade. São inúmeros os registros positivos sobre essa iniciativa. Além disso, o principal objetivo do projeto social é o de preparar os participantes para o enfrentamento de situações de emergência no campo da segurança contra incêndio e pânico, disseminação de conhecimentos na área de preservação do meio ambiente, ensinando noções de saúde e de higiene, educação no trânsito, cidadania, civismo e atividades recreativas.

Pelos fatos expostos e pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura por se tratar de grande interesse público.

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/11

Projeto de Lei nº 628/11

Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA BOMBEIRO MIRIM NO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa autorizar a instalação/criação do Programa Bombeiro Mirim no âmbito do Estado do Paraná, com a participação de adolescentes e jovens com idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social, visando a participação em atividades exclusivamente relacionadas com a aprendizagem, sendo vedada a participação nas atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Dando prosseguimento à análise, observa-se pela justificativa do autor que o presente projeto visa preparar os participantes para o enfrentamento das situações de emergência no campo da segurança contra incêndio e pânico, disseminação de conhecimentos na área de preservação do meio ambiente, ensinando noções de saúde e de higiene, educação no trânsito, cidadania, civismo, bem como, promover atividades recreativas.

Quanto à legalidade do Projeto de Lei, é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção da educação, cultura, ensino e desporto, bem como proteção à infância e à juventude, conforme o artigo 24, incisos IX e XV, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

XV - proteção à infância e à juventude;

Inquestionável que o Projeto de Lei 628/2011 vem ao encontro do intuito supracitado, ou seja, fomentar tais princípios, mas especialmente proteger crianças, jovens e adolescentes paranaenses dos males que tanto afetam nossa sociedade atualmente.

Outro ponto que merece destaque é que o Presente Projeto de Lei não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), pois tem o único e exclusivo condão em autorizar os Quartéis do Corpo de Bombeiros a instalar o projeto Bombeiro Mirim em suas sedes, estreitando ainda mais os laços com a comunidade, levando para dentro de suas instalações os jovens entre 12 e 17 anos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Importante mencionar que o Projeto autoriza, mas não obriga, o Corpo de Bombeiro instalar o Projeto Bombeiro Mirim em seus quartéis, devendo ser respeitada a disponibilidade da Instituição para a criação ou não do projeto.

Da mesma forma, deve-se atentar ao fato que, conforme prevê o art. 3º e 4º do Projeto de autoria do Deputado Pedro Lupion, a instalação do projeto Bombeiro Mirim nos Quartéis do Corpo de Bombeiros não gerará qualquer custo à administração pública, pois eventuais custos deverão ser supridos através de parcerias com as Prefeituras, Organizações Não Governamentais ou empresas privadas.

Por fim, mas não menos importante, é sabido que o Corpo de Bombeiros é a instituição que goza de maior respeito e prestígio por parte da sociedade civil e assim deve ser preservado e, indubitavelmente, que a implantação do Projeto Bombeiro Mirim colaborará de sobremaneira não apenas com a manutenção, como também no fortalecimento, dos laços entre sociedade civil e os integrantes do Corpo de Bombeiros.

Desta forma, após a análise completa do Projeto de Lei em tela, considera-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, portanto o Nobre Deputado Estadual é legitimado e competente para legislar acerca do tema, não cabendo questionar eventual vício de iniciativa.

Também não há afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), pois não gerará custos à administração pública, restando claro que a matéria encontra-se em conformidade com todos os preceitos constitucionais, gozando de legalidade e de constitucionalidade.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, também inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 18 de agosto de 2011

autuado
Carla de Gondim
Coord. Adm.
CCJ 13/04/12


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator

[Handwritten signatures and marks]

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/2011

Projeto de Lei nº 628/2011

Autoria: Deputado Pedro Lupion

Objetivo: Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

O Programa proposto pelo nobre deputado Pedro Lupion, chamado de "Bombeiro Mirim", para ser instituído nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros, que pertencem à nossa gloriosa Polícia Militar, objetiva oferecer a oportunidade para jovens e adolescentes na faixa etária de 12 até 17 anos, pretende promover os cidadãos que se preparam para o futuro, um aprendizado que os levarão a deixar a situação de vulnerabilidade social.

O Art. 2º do referido projeto pretende proporcionar uma maior integração entre a corporação, a família e a comunidade, com a criação de circuitos alternativos de vivência e convivência.

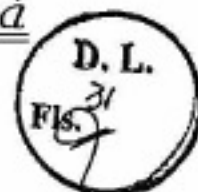
As atividades cívicas, socioculturais, esportivas e recreativas que fazem parte do projeto por certo contribuirão não só para o aprimoramento biopsicofisiológico do adolescente e do jovem, como contribuirão em muito na sua formação para a cidadania.

Retirar esses adolescentes e esses jovens das ruas e oferecer o encaminhamento para a definição de uma profissão é – na minha forma de ver – o objetivo maior desse projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Prepará-los para a vida é estabelecer o princípio básico contido na Constituição Estadual, em seu artigo 165: "O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a Sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio".

Desta forma, somos de **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei de Lei do nobre Deputado Pedro Lupion.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2011.

Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora

Deputada ROSE LITRO

Presidente

MARA TURCK
ELTON WELTER

ROBERTO Aciolli



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que dispõe sobre a criação do programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa e Comissão dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Ainda é de se ressaltar que o Projeto, propicia uma formação a crianças de 12 a 17 anos, com embasamento disciplinar, fazendo com que em seu tempo ocioso a criança possa participar de atividades saudáveis e pedagógicas.

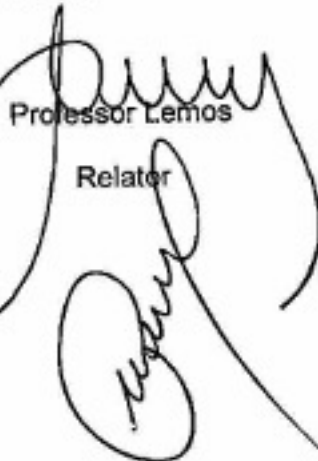
CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 01 de Março de 2012.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Professor Lemos
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

DL
Fis. 36
2

PARECER AO PROJETO DE LEI No.628/2011

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

AUTOR: Deputado Pedro Lupion

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso e da Comissão de Segurança Pública.

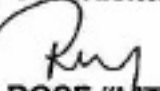
ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise, através da criação de um programa que envolve educação de adolescentes e jovens, de 12 a 17 anos, proporcionar a formação cidadão dos adolescentes, educar quanto à prevenção de incêndios, preservação do meio ambiente e, principalmente, diminuição da criminalidade, através de atividades educativas e práticas.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Diante disso, observa-se que o Projeto de Lei é meritório com relação à garantia dos direitos dos cidadãos, pelo que emitimos PARECER FAVORÁVEL sobre o mesmo.

Sala de Reuniões, em 09 de Maio de 2012.


DEP. TADEU VENERI
Presidente


DEP. ROSE "LITRO"
Relatora





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

D. L.

Fls. 02

867/11

Projeto de Lei Nº 12011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 OUT. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar, com sede e foro no município de Cruz Machado-PR.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar Rural - PR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Cruz Machado, com endereço na Estrada Linha Iguaçu Sul s/n. Área Rural, CEP 84.620-000 com o CNPJ nº 10.499.185/0001-84.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2011.

[Assinatura]
Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello

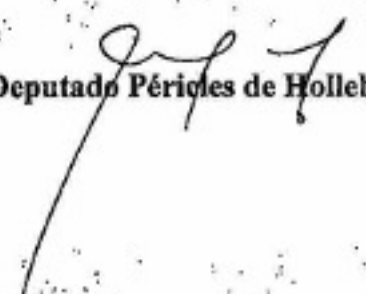
D. L.
Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei tem como objeto obter a Declaração de Utilidade Pública e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A entidade oferece cursos com a metodologia de alternância, sendo que os alunos permanecem em semana na escola e outras ficam na propriedade onde recebem as vistas de dois técnicos ou monitores. Disponibilizando o funcionamento de cursos de Ensino Fundamental denominado "Curso Básico de Agricultura Familiar" e em Nível Médio denominado "Curso Técnico de Agricultura Familiar".

A Casa Familiar Rural foi instituída no mês de outubro de 2008, com a finalidade de dirigir atividades educativas na cidade de Cruz Machado, formando profissionais e capacitando para uma boa gestão de suas propriedades, com o caráter educativo, familiar e social.


Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 867/2011



Projeto de Lei nº. 867/2011
Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR, com sede e foro no Município de Cruz Machado.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual ***Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR***, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação familiar e social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 64
H.

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, foro da presente entidade é na Comarca de União da Vitória, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

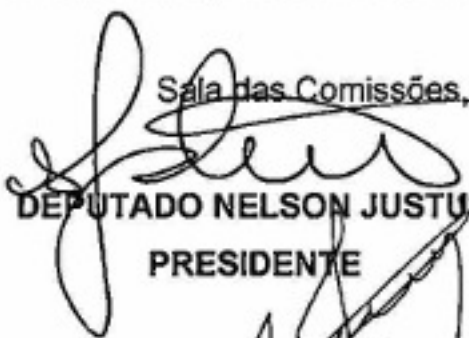
DL
Fls. 65
H

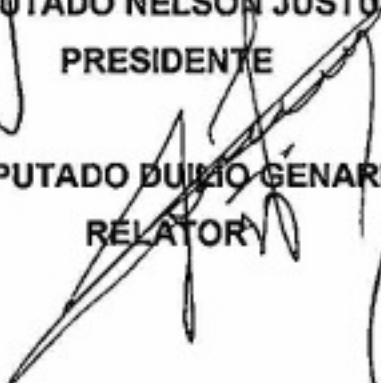
Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 867/11

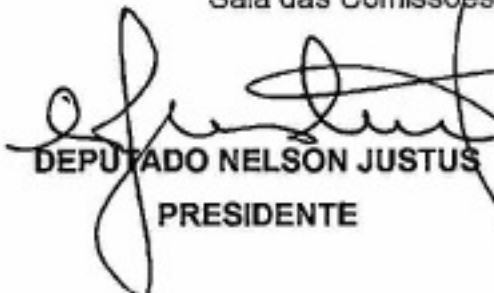
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

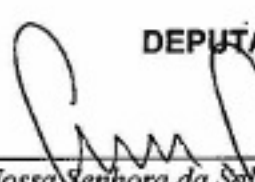
"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória".


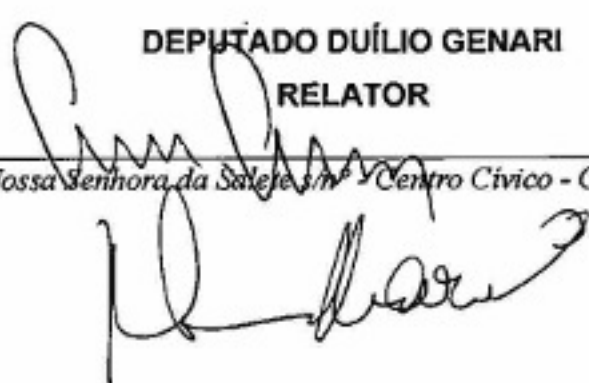
"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR RURAL - PR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória, com endereço na Estrada Linha Iguaçu Sul, s/nº, CEP 84.620-000 com CNPJ nº 10.499.185/0001-84".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

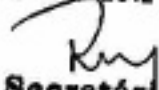
Fls.

26

PROJETO DE LEI Nº 046/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2012


1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública o PROVOPAR TIJUCAS DO SUL, com sede no município de Tijucas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense de Tijucas do Sul – PROVOPAR TIJUCAS DO SUL, com sede no município de Tijucas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2012


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

O Provopar de Tijucas do Sul, constituído em 21 de junho de 2007, é uma associação civil de direito privado e de caráter social, sem fins lucrativos, tendo entre seus objetivos atender crianças e adolescentes, idosos e pessoas portadores de necessidades especiais, bem como toda a comunidade carente, buscando melhorar as suas condições, através da educação, conscientização e inclusão social; promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuem na área social para melhor atendimento a entidades sociais, e promover cursos profissionalizantes, de desenvolvimento de habilidades com intuito de gerar renda às famílias carentes.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 16.888, de 01 agosto de 2011, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

14:52 28/02/2012 000982 DP (SSJALL) LEGISLAÇÃO DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 046/2012

Projeto de Lei nº. 046/2012

Autor: Deputado Estadual Toninho Wandscheer

Súmula: *Declara de Utilidade Pública o Provopar Tijucas do Sul, com sede no Município de Tijucas do Sul e foro no Município de São José dos Pinhais.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

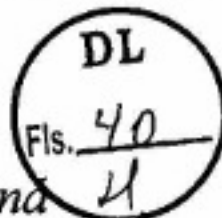
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Provopar Tijucas do Sul**, com sede no Município de Tijucas do Sul e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



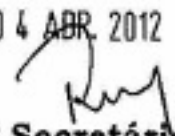
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello

D. L.
Fls. 02
11

Projeto de Lei Nº 52/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 ABR 2012


1º Secretário

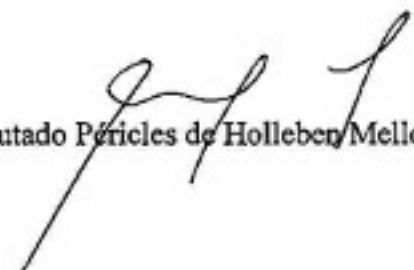
Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino com sede e foro no município de Imbaú.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, com sede na Rua Aparício Alves de Lima, s/nº, CEP 84.250-000, com sede e foro na cidade de Imbaú/PR, CNPJ nº 10.952.601/0001-58.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2012


Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



JUSTIFICATIVA:

A Associação da União dos Moradores da Vila Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, denominada UNIVIL- JANOREI, localizada na Rua localizada na Rua Aparício Alves de Lima, s/nº- Centro, CEP 84.250-000, Imbaú-PR e foi fundada em 11 de março de dois mil e nove.


Desde sua fundação, a Entidade- UNIVIL- JANOREI busca melhorar a qualidade de vida dos moradores das Vilas de Jangada, Nogueira e do Reino, para que a comunidade destas Vilas possa viver em harmonia, cultivando a cordialidade.

A Entidade contribui com a comunidade distribuindo alimentos hortifrutigranjeiros e porções de sopa para comunidade carente.

O lixo também é preocupação da JANOREI que faz o recolhimento, do lixo reciclável, junto às Vilas que integram a Associação.

A comunidade também conta com atividades esportivas e recreativas para crianças e adolescentes, além de outras mais atividades culturais, sociais e desportivas, todas estas oferecidas pela Associação da União dos Moradores da Vila Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, denominada UNIVIL- JANOREI

Diante do exposto é notória a legalidade de conceder à Entidade em questão o título de Utilidade Pública.


Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 152/2012

Projeto de Lei nº. 152/2012
Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello.

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, com sede e foro no Município de Imbaú.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino**, com sede e foro no Município de Imbaú, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

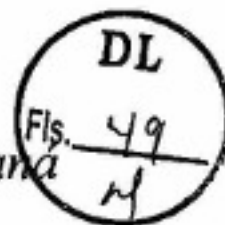
A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade assistência social, cultura e esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o Município de Imbaú pertence a Comarca de Telêmaco Borba, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para correção do foro da Entidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DL
Fls. 50
4.

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 152/12

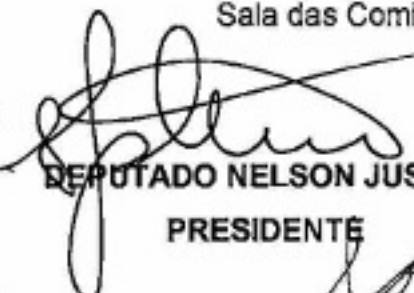
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, com sede no Município de Imbaú e foro no Município de Telêmaco Borba".


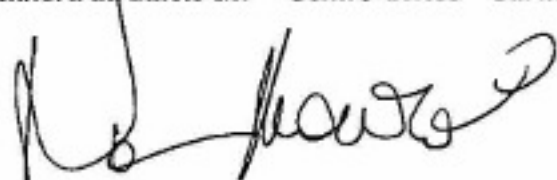
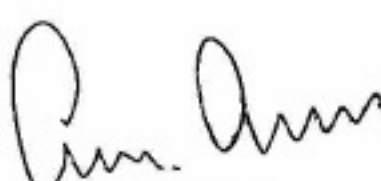
"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, políticos e religiosos, com sede na Rua Aparício Alves de Lima, s/nº, CEP 84.250-000, com sede no Município de Imbaú e foro no Município de Telêmaco Borba".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de Lei Nº 153/2012



Súmula: Declara de Utilidade Pública ASSOCIAÇÃO DE YOGA DO PARANÁ- AYPAR com sede e foro no município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual da **Associação de Yoga do Paraná**, pessoa jurídica de direito privado com autonomia financeira e administrativa, com sede na Rua Padre Agostinho, nº2885, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa/PR, CNPJ nº 78.053.303/0001-60.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2012.


Deputado Péricles de Holleben Mello

11:12 04/04/2012 0201977 Nº 165604130 11625 03700 00 1163840



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pércles de Mello*

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE YOGA DO PARANÁ- AYPAR, localizada na Rua Padre Agostinho, nº 2885, apartamento 1701, na cidade de Curitiba, iniciou suas atividades em 29 de novembro de 1983.

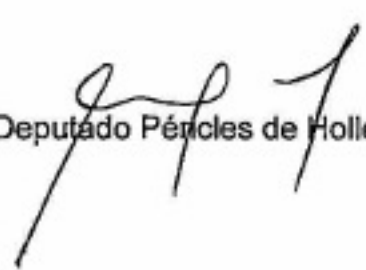
A associação tem como finalidade primordial promover a fraternidade e manter verdades da ciência do YOGA, cujos métodos específicos e técnicos para controle físico e mental visam aquisição de saúde e iluminação espiritual, o que traz benefícios concretos para qualidade de vida da população.

A Yoga é uma ciência de caráter universal, sem preconceitos políticos, de raça, de credos ou de religiões, com isto toda comunidade pode beneficiar-se com a prestação de seus serviços.

Dentre os projetos desenvolvidos pela AYPAR, podem-se destacar: "Projeto de Difusão em Dança", "Projeto por onde você anda", "Projeto conexão Índia".

Junto à comunidade a Associação de Yoga do Paraná também realiza oficinas de trabalhos manuais, meditação, oficina da Ciranda da Memória, terapias holísticas, vivências na natureza- chácara.

Diante do exposto, reiteramos que o trabalho realizado pela ASSOCIAÇÃO DE YOGA DO PARANÁ- AYPAR tem o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e propiciar o bem estar físico e mental, com isto, é notória a legalidade de conceder à Entidade em questão o título de Utilidade Pública.


Deputado Pércles de Holleben Mello



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 153/2012



Projeto de Lei nº. 153/2012

Autor: Deputado Estadual Pérciles de Mello.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Yoga do Paraná - AYPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pérciles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação de Yoga do Paraná - AYPAR*, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura e esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpré ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Quanto a finalidade lucrativa, embora não conste expressamente no Estatuto da Entidade, tal finalidade encontra-se implícita nos artigos do estatuto analisados conjuntamente.

No entanto, tendo em vista que a sede e o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é o Município de Curitiba, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



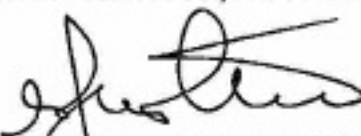
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

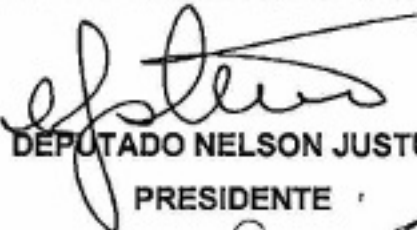


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 153/2012

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Yoga do Paraná - AYPAR", com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Gabinete do Governador

~~AL~~ PROJETO DE LEI N.º 206/2012

Súmula: Concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica concedido o índice geral de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) na referência inicial de vencimento básico das tabelas do pessoal civil do Poder Executivo do Estado do Paraná, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, para atendimento ao disposto no inciso X do Artigo n.º 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único: A aplicação do índice referido no caput é a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relativo ao período acumulado do mês de maio de 2011 a abril de 2012.

Art. 2.º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal n.º 41/2003, mesmo que não tenham o direito à paridade.

Art. 3.º O aumento percentual de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) abrange os servidores ativos integrantes das Carreiras de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, com exceção das quotas, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, o vencimento básico e os encargos especiais dos Cargos de Provimento em Comissão, as Gratificações do QPPE e a Gratificação de Saúde das IEES.

Art. 4.º O disposto nesta Lei não se aplica às carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entes de Cooperação Econômica, funções e cargos acadêmicos e demais vantagens não previstas nesta Lei.



Art. 5.º A aplicação do índice fixado no artigo 1.º e a implementação em folha de pagamento será no mês de maio de 2012.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 25/12

Curitiba, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A justificativa do encaminhamento ao presente Anteprojeto de Lei é a observância do disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e na esteira do que determina a Lei n.º 15.512, de 31 de maio de 2007, que instituiu a data de 1.º de maio para a revisão geral, bem como para atendimento ao que reza os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, quanto ao atendimento dos limites da despesa versus receita.

Serão abrangidos servidores da Carreira de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM.

Também estão contemplados os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, os Cargos de Provimento em Comissão e as Gratificações do QPPE e Gratificação de Saúde das IEES.

O custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, no mês de março de 2012, é de aproximadamente R\$ 910.000.000,00 (novecentos e dez milhões), incluído o Auxílio Transporte dos professores e Contratos de Regime Especial – CRE's.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/11.511.523-5

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salette, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | www.pr.gov.br



A aplicação do índice de 5,1% (cinco vírgula um por cento) importará em uma estimativa de custo mensal da ordem de R\$ 38,6 (trinta e oito milhões e seiscentos mil) alcançando, aproximadamente, 218 mil servidores ativos, inativos e geradores de pensão.

O aumento de despesa, decorrente da implantação da revisão geral, consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

H.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 14 MAIO 2012
[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de maio de 2012
OF CEE/G 119/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 10/05/2012
[Signature]
Presidente

○

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 205/12

Projeto de Lei nº. 205/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 025/12

Súmula: Concede o índice geral de 5,1%, nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

EMENTA: CONCEDE ÍNDICE GERAL DE 5,1%. VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS ESTATUTÁRIAS CIVIS E MILITAR. PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 61 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a concessão de índice geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único: Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

Com relação ao regime jurídico dos servidores do Poder
Executivo, bem como aumento das suas remunerações, temos a
competência do Governador do Estado para legislar sobre tal matéria,
senão vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são
de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis
que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na
administração direta e autárquica do Poder Executivo
ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime
jurídico, provimento de cargos, estabilidade e
aposentadoria, reforma e transferência de policiais
militares para a reserva;

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em
seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor
sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da
Administração estadual, na forma da lei;
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por analogia, temos no **art. 61, § 1º, II, c**, a iniciativa do Governador do Estado para legislar sobre os servidores do Poder Executivo, vejamos:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator











*ORIGINAL no PL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



req.01

REQUERIMENTO

DESPACHO

I - RECEBIDO
 II - PROTOCOLA-SE
 III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL EM 24H INCLUIR
 NA SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
 IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
 SALA DAS SESSÕES DATA 15 MAIO 2012

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinárias e extraordinárias do dia 22 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação dos Projetos de Lei nº 205/12 e 216/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias de 22 de maio, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei 205/12 (oriundo da Mensagem Governamental 025/12) e do Projeto de Lei 216/12 (Comissão Executiva da ALEP) e suas emendas.

Sala das Sessões em, 14 de maio de 2012

Handwritten signatures and initials of deputies, many with names and numbers written next to them:

- 10 - LOPES
- 11 - LOPES
- 12 - LOPES
- 13 - LOPES
- 14 - LOPES
- 15 - LOPES
- 16 - LOPES
- 17 - LOPES
- 18 - LOPES
- 19 - LOPES
- 20 - LOPES
- 21 - LOPES
- 22 - LOPES
- 23 - LOPES
- 24 - LOPES
- 25 - LOPES
- 26 - LOPES
- 27 - LOPES
- 28 - LOPES
- 29 - LOPES
- 30 - LOPES
- 31 - LOPES
- 32 - LOPES
- 33 - LOPES
- 34 - LOPES
- 35 - LOPES
- 36 - LOPES
- 37 - LOPES
- 38 - LOPES
- 39 - LOPES
- 40 - LOPES
- 41 - LOPES
- 42 - LOPES
- 43 - LOPES
- 44 - LOPES
- 45 - LOPES
- 46 - LOPES
- 47 - LOPES
- 48 - LOPES
- 49 - LOPES
- 50 - LOPES
- 51 - LOPES
- 52 - LOPES
- 53 - LOPES
- 54 - LOPES
- 55 - LOPES
- 56 - LOPES
- 57 - LOPES
- 58 - LOPES
- 59 - LOPES
- 60 - LOPES
- 61 - LOPES
- 62 - LOPES
- 63 - LOPES
- 64 - LOPES
- 65 - LOPES
- 66 - LOPES
- 67 - LOPES
- 68 - LOPES
- 69 - LOPES
- 70 - LOPES
- 71 - LOPES
- 72 - LOPES
- 73 - LOPES
- 74 - LOPES
- 75 - LOPES
- 76 - LOPES
- 77 - LOPES
- 78 - LOPES
- 79 - LOPES
- 80 - LOPES
- 81 - LOPES
- 82 - LOPES
- 83 - LOPES
- 84 - LOPES
- 85 - LOPES
- 86 - LOPES
- 87 - LOPES
- 88 - LOPES
- 89 - LOPES
- 90 - LOPES
- 91 - LOPES
- 92 - LOPES
- 93 - LOPES
- 94 - LOPES
- 95 - LOPES
- 96 - LOPES
- 97 - LOPES
- 98 - LOPES
- 99 - LOPES
- 100 - LOPES



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

D. L.

Fb. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 1º MAIO 2012

1º Secretário

Projeto de Lei nº 216/12.

*Concede Reajuste Geral às remunerações,
proventos e pensões dos servidores da
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.*

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e
eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Reajuste Geral anual de 5,1% (cinco vírgula um por cento), referente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período compreendido entre maio de 2011 a abril de 2012.

Parágrafo único O reajuste de que trata este artigo é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º. A aplicação do índice fixado no Art. 1º desta Lei e sua implementação em folha de pagamento deverá ocorrer no mês de maio de 2012.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões, em

VALDIR ROSSONI

Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Deputado

REMI PEREIRA

Deputado



JUSTIFICATIVA

Por um princípio de isonomia a Assembleia Legislativa têm adotado a mesma data base utilizada pelo Poder Executivo, para a revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões de seus servidores.

No último dia 14 de maio, foi lido no expediente da Sessão Ordinária desta Casa, a **Mensagem nº 25/2012**, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, por meio da qual se propõe que a revisão anual do servidores, nos termos previstos no Art. 27, inc. X, da Constituição Estadual, se dê mediante a adoção do percentual de 5,1% (cinco virgula um por cento).

Assim, em face do princípio isonômico que deve pautar os critérios de revisão geral de remunerações é que se propõe o presente Projeto de Lei, por meio do qual esta Casa Legislativa estará autorizando que a Assembleia Legislativa possa oferecer tratamento simétrico aos servidores do Poder Legislativo, evitando, com isso, um descolamento em face da revisão anual oferecida pelo Poder Executivo.

Esclareça-se que com a aplicação do índice indicado a estimativa de impacto financeiro mensal será da ordem de R\$ 687.332,08, considerado o valor hoje praticado para liquidação da folha de pagamento dos servidores efetivos que estão em atividade e, também aqueles inativos e pensionistas vinculados ao chamado Fundo Financeiro, cujos recursos são repassados pela Assembleia à PARANAPREVIDÊNCIA.

Assim sendo, solicitamos o apoio ao presente Projeto de Resolução aos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO COM O REAJUSTE SALARIAL DE 5,10 %

Cálculo do impacto financeiro com o reajuste de 5,10% aos salários dos funcionários: Efetivos, Pensionistas, Adidos e Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2012.

1)	Total de despesa com Pessoal no período de maio/2011 a abril/2012	154.355.146,42
2)	Receita Corrente Líquida período de março/2011 a fevereiro/2012	20.108.091.091,79
	Percentual	0,76%
3)	Despesa de pessoal dos meses de janeiro, fevereiro e março/2012	31.342.119,64
4)	Total da despesa com pessoal com base mês de abril/2012	13.477.099,79
5)	Reajuste anual referente 5,10%	687.332,08
6)	Total despesa de pessoal para o mês de maio/2012	14.164.431,87
7)	Despesa de pessoal maio/2012 a dezembro/2012, inclusive 13º salário.	127.479.886,83
8)	Total de pessoal no exercício/2012 = (3+4+7)	172.299.106,26
11)	Total de pessoal no exercício de 2012 / R.C.L. (8/2*100)	0,86 %

OBS.:

1 - Os valores acima foram calculados sobre a Receita Corrente Líquida do período de março/2011 a fevereiro/2012, sem considerar qualquer aumento de Receita.

2 - Estimando um crescimento de 5,91% na Receita Corrente Líquida do exercício de 2012, totalizando R\$ 21.296.919.170,00, reduzindo o índice de pessoal de 0,86 % para 0,81 %.

3 - O limite máximo (incisos I, II e III do art. 22 da LRF) = 1,64%; e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) = 1,55%.

Receita Corrente Líquida referente aos 03 exercícios anteriores

Exercício de 2009 - R\$ 15.092.439.956,43

Exercício de 2010 - R\$ 16.963.003.163,63 - 12,40%

Exercício de 2011 - R\$ 17.432.545.836,65 - 2,77%

Curitiba, 15 de maio de 2012.

BENONI CONSTANCE MANFRIN
Diretor Geral

CLEBER AUGUSTO CAVALLI
Diretor de Apoio Técnico

SERGIO BRUN
Diretor Financeiro



*ORIGINAL no PL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



req.01

REQUERIMENTO

DESPACHO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLA-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL EM 24H INCLUIR
NA SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA 15 MAIO 2012

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinárias e extraordinárias do dia 22 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação dos Projetos de Lei nº 205/12 e 216/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias de 22 de maio, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei 205/12 (oriundo da Mensagem Governamental 025/12) e do Projeto de Lei 216/12 (Comissão Executiva da ALEP) e suas emendas.

Sala das Sessões em, 14 de maio de 2012

10 - LOPES
11 - LOPES
12 - LOPES
13 - LOPES
14 - LOPES
15 - LOPES
16 - LOPES
17 - LOPES
18 - LOPES
19 - LOPES
20 - LOPES
21 - LOPES
22 - LOPES
23 - LOPES
24 - LOPES
25 - LOPES
26 - LOPES
27 - LOPES
28 - LOPES
29 - LOPES
30 - LOPES
31 - LOPES
32 - LOPES
33 - LOPES
34 - LOPES
35 - LOPES
36 - LOPES
37 - LOPES
38 - LOPES
39 - LOPES
40 - LOPES
41 - LOPES
42 - LOPES
43 - LOPES
44 - LOPES
45 - LOPES
46 - LOPES
47 - LOPES
48 - LOPES
49 - LOPES
50 - LOPES
51 - LOPES
52 - LOPES
53 - LOPES
54 - LOPES
55 - LOPES
56 - LOPES
57 - LOPES
58 - LOPES
59 - LOPES
60 - LOPES
61 - LOPES
62 - LOPES
63 - LOPES
64 - LOPES
65 - LOPES
66 - LOPES
67 - LOPES
68 - LOPES
69 - LOPES
70 - LOPES
71 - LOPES
72 - LOPES
73 - LOPES
74 - LOPES
75 - LOPES
76 - LOPES
77 - LOPES
78 - LOPES
79 - LOPES
80 - LOPES
81 - LOPES
82 - LOPES
83 - LOPES
84 - LOPES
85 - LOPES
86 - LOPES
87 - LOPES
88 - LOPES
89 - LOPES
90 - LOPES
91 - LOPES
92 - LOPES
93 - LOPES
94 - LOPES
95 - LOPES
96 - LOPES
97 - LOPES
98 - LOPES
99 - LOPES
100 - LOPES



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 008/12.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de março de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 08 de maio de 2012.

DEPUTADO DEILÃO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER Á PROPOSIÇÃO Nº. 020/2012 - A

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de março de 2012, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decidimos pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 08 de maio de 2012

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 023/12.

OF/CTL/CC nº 1177/2012

Curitiba, 25 de abril de 2012

F/s. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 27/04/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 047/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 945/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 945/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária Oficial do Estado do Paraná.

Inicialmente, oportuno salientar que o projeto de Lei em comento visa instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná, bem como inserir a sua realização no mês de abril de cada ano no calendário oficial de eventos do Estado. Para tanto, em sua justificativa, foi explanado que a Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, movimentando milhões de reais todos os anos e possui tradição de anos a fio da Sociedade Rural do Paraná, .

Entretanto, em que pese a importância da Expo Londrina, não podemos nos olvidar de que o Estado do Paraná possui outras feiras agropecuárias tão importantes quanto aquela, e, desta forma, pode parecer que a medida em que se elege uma única feira como oficial do estado, todos os esforços serão canalizados para esta única feira.

Ademais, cada região do Estado tem seu potencial no que tange ao agronegócio. Ao nomear apenas uma feira como oficial do Estado, as outras feiras sentir-se-iam diminuídas em relação à Expo Londrina.

Desta forma, com o intuito de preservar as demais feiras do Estado do Paraná, entendemos que o Projeto de Lei ora em análise é contrário ao interesse público.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.414-1

13458 02/05/2012 08:25:14 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PMSM



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

DL

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 945/11
(Autoria do Deputado Hermas Junior)

Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

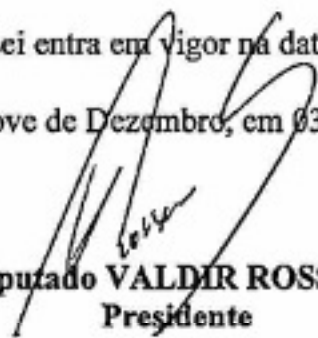
DECRETA:

Art. 1º Institui a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná.

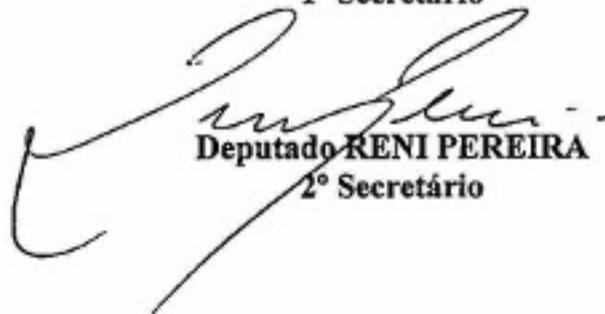
Art. 2º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expo Londrina, como Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná, no mês de abril de cada ano.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 03 de abril de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 023/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 023/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1177/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 945/2011, de autoria do Deputado Hermas Junior, que institui a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 945/11, de autoria do Deputado Hermas Junior que, institui a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 945/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 04 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 023/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 25 de abril de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

Caetano Quintano
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

João de Deus
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR